

Discurso Comissão de Ambiente
Assembleia da República | 27 de junho de 2017

Senhor presidente da Comissão de Ambiente,
Senhoras e Senhores deputados,

Para a intervenção de hoje trago dois documentos de política que se encontram em discussão pública, dois exemplos de dossiers complexos que se encontram encerrados e que são da maior relevância para que o ambiente seja visto por todos como a face mais positiva da política, e duas soluções para enterrar de vez erros de um passado longínquo.

O país ganha se adotar modelos de desenvolvimento que assentam nas características singulares do seu território. A nossa matriz cultural, o perfil da nossa sociedade e o património natural que nos está confiado são características enraizadas no território e, como tal, intransponíveis. Encontram-se em Portugal e são vividas cá. Não se deslocalizam, como acontece com muitas outras atividades. Por isso, o nosso objetivo deve focar-se em fomentar o desenvolvimento assente neste conjunto irreproduzível de atributos, gerando um modelo económico distintivo e de valor acrescentado.

A valorização do território marca a nossa Política Ambiental, complementada com o desígnio de descarbonizar a sociedade e promover a economia circular, com tudo o que isso implica na utilização eficiente dos recursos naturais, na minimização da pressão sobre a exploração e, sobretudo, no respeito pelos ciclos naturais de regeneração.

O maior risco que enfrentamos, no que diz respeito Património Natural, advém do despovoamento de vastas áreas do interior do país. Daí resulta a quebra de ciclos simbióticos durante séculos mantidos entre o homem a natureza. Portugal é um país marcadamente humanizado e o padrão dos nossos espaços

naturais é herdeira dessa realidade. Por isso, o abandono do manejo da terra, das áreas florestais e dos nossos rios coloca sob pressão os ecossistemas.

Aquilo a que assistimos nas áreas protegidas é paradigmático do que acabei de dizer. Em Portugal, 8% do território é constituído por áreas protegidas. Exceção feita a algumas que se encontram no litoral, a maioria situa-se em territórios de baixa densidade. Ora, nos territórios de baixa densidade, segundo dados do recenseamento, houve uma quebra da população de cerca de 10%, enquanto nos territórios protegidos a diminuição da população foi bem mais expressiva, atingido os 20%. Por isso, faz parte da nossa estratégia a criação de uma cultura de apropriação dos valores naturais, princípio consagrado no modelo que propomos para a gestão das áreas protegidas. Porque se devem privilegiar soluções em cogestão com os municípios, as ONG, a academia e os setores produtivos da economia avançámos, há meses, com o projeto Piloto do Tejo Internacional.

A nossa ambição é ir além do desígnio de estancar a perda de biodiversidade. A Estratégia de Conservação da Natureza e Biodiversidade que apresentámos há dias tem de chegar mais longe, ou seja, tem de assegurar a recuperação e valorização do património natural nacional.

A ENCNB assenta em três eixos, para os quais se identificaram 30 objetivos que se desdobram em 100 medidas, ordenadas por prioridades e agendadas até 2025. Estas medidas estão em estágios diferentes de maturidade, tendo o Governo posto em marcha as que considerou mais prioritárias, como **1) o modelo de cogestão das áreas protegidas; 2) o lançamento da elaboração dos planos de ordenamento das áreas protegidas; e 3) a intervenção na recuperação de habitats assolados por impactes severos, como foi o caso dos incêndios do Parque Nacional da Peneda Gerês.**

Porque a vigilância ganha particular relevo quando se ponderam modelos de maior partilha de responsabilidades, o Governo desencadeou também o processo de contratação de 20 novos vigilantes, a que se somarão mais 30, ainda em 2017.

Senhoras e Senhores deputados,

É também para proteger o que é único – uma das nossas preocupações principais, como acabei de vos dizer – que não podemos ignorar o modelo da nossa economia. Ou melhor, para proteger o que é único, temos também de mudá-lo.

Não nos enganemos: em 2050, o planeta terá 9,7 mil milhões de pessoas. Iremos precisar de 186 mil milhões de toneladas de materiais por ano. Com recursos limitados – do solo arável ao ouro minerado – estas condições conduzem a preços crescentes, volatilidade, risco e erosão de capital e serviços naturais.

O modelo linear de desenvolvimento está esgotado. Precisamos de evoluir para uma economia mais sustentável, verde e circular, sendo três os princípios que nos devem nortear: 1) preservar e regenerar o nosso capital natural, substituindo materiais nocivos; 2) manter produtos, componentes e materiais no seu valor económico e utilidade máximos por mais tempo; e 3) promover a eficiência e eficácia do sistema económico, apoiado numa visão holística dos vários agentes que o compõe.

Por isso, a 8 de junho, demos mais um passo nesse sentido quando apresentámos o Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal, “Liderar a Transição”. E deixem-me mostrar as virtualidades deste modelo a partir do setor da agricultura e da floresta.

Totalmente dependente de capital e serviços ambientais, o setor da agricultura e da floresta é o primeiro a ser afetado, por exemplo, pelas alterações climáticas ou a erosão. A expansão de área de cultivo é limitada e a população mundial cresce. A pressão da procura desemboca em comportamentos especulativos, volatilidade nos preços, riscos de abastecimento, condições ambientais cada vez mais voláteis e graves. Sendo intensivo no uso de recursos, tem também uma baixa produtividade: por exemplo, 70% dos fertilizantes químicos usados nunca chegam a contribuir diretamente para a produtividade das plantas e é o setor que mais água consome (e que mais a desperdiça).

Apoiar a transição para uma economia circular será, sem dúvida, uma oportunidade para este setor. É preciso obter uma melhor eficiência no uso de recursos. É necessário melhorar a produtividade, desmaterializando processos, incentivando sistemas de produção-consumo mais curtos. É desejável diversificar os modelos de negócio, extraíndo novos componentes que possam ser aplicados noutras indústrias, substituindo materiais de base não renovável.

O Plano de Ação que foi apresentado, e que se encontra em consulta pública, avança **sete ações de âmbito nacional**. Estas ações consolidam iniciativas já em curso e avançam com outras, como a reformulação do modelo de classificação de subproduto ou o desenvolvimento de redes de reparação e reutilização de equipamentos e materiais. Complementarmente, são avançadas **cinco agendas setoriais**, dirigidas a

indústrias intensivas no uso de recursos, e **quatro agendas regionais**, que propõem abordagens à valorização do território por esta via, sem comprometer as especificidades socioeconómicas das regiões.

No início da minha intervenção falei em dois processos da maior importância, que se arrastavam há anos, e que se encontram concluídos.

Emitimos, em maio passado, o primeiro TUA totalmente desmaterializado, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelo anterior Governo, mas procurando não esquecer o papel da Administração Pública. Os processos permitem, agora, a tramitação eletrónica entre todos os intervenientes, nomeadamente, o pedido de elementos adicionais, a consulta pública com a ligação ao Portal Participa e a emissão do Título Único de Ambiente (TUA).

Concluimos também a desmaterialização das Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos (EGAR), donde resultou:

- Uma poupança de cerca de 6 milhões de folhas de papel por ano e custos de contexto associados ao transporte e ao armazenamento das cópias físicas em papel durante 5 anos;
- Uma maior facilidade no cumprimento das obrigações de comunicação anual às entidades competentes;
- Uma maior fiabilidade dos dados recolhidos e possibilidade de acesso aos mesmos em tempo real;
- Uma maior facilidade na gestão das guias, através da emissão de alertas;
- Um aumento da rastreabilidade, através de um maior controlo dos fluxos de resíduos.

Senhoras e Senhores deputados,

Deixem-me, por fim, dar-vos conta de importantes desenvolvimentos em relação a dois *dossiers* “problemáticos” que herdámos do passado.

Primeiro. Demos recentemente um passo decisivo em relação à remoção de materiais contendo amianto nos edifícios onde se prestam serviços públicos. A Resolução do Conselho de Ministros aprovada no dia 8 de junho, o qual foi dedicado ao Ambiente, estabelece as regras para se proceder, até 2020, à remoção desses materiais.

O Grupo de Trabalho constituído para este efeito identificou mais 2.660 edifícios com a presença de amianto, o que significa que o trabalho realizado pelo anterior governo tinha sido incompleto. E completou a avaliação de 2.357, face aos 339 que haviam sido avaliados entre 2011 e 2015. Priorizámos também as tarefas a efetuar, tendo concluído a remoção de amianto em 166 edifícios e mantendo a intervenção noutros 86.

Para a execução desta operação estima-se que sejam necessários 422 M€, financiados através do BEI/CEB do Conselho da Europa (75% do total) e de fundos europeus e do Orçamento do Estado (25%). Este o compromisso que obtivemos dos restantes ministros: o de determinar que a República Portuguesa vai apresentar candidaturas a estes Bancos para resolver de uma vez por todas o problema do amianto nos edifícios públicos onde são prestados serviços públicos. Conseguimos ainda que se determinasse que, em sede dos concursos de apoios do Portugal 2020, fosse discriminados positivamente os investimentos na remoção de amianto nos edifícios públicos, nas tipologias de apoio relativas à reabilitação dos edifícios públicos e à promoção da eficiência energética na administração pública.

Segundo. Aprovámos também na reunião do Conselho de Ministros de 8 de junho uma despesa de 12 M€ para a remoção de resíduos perigosos São Pedro da Cova.

Indevidamente depositados nas minas de carvão daquela localidade de Gondomar, foram alvo de uma primeira intervenção de remoção, decidida pelo anterior governo. Mas, como e veio a verificar, foi insuficiente. Os estudos complementares mostraram que é necessário remover mais de 125 mil toneladas de resíduos remanescentes, perigosos para o ambiente e para a saúde pública.

Assim, em julho, será lançado o concurso público internacional para a aquisição dos referidos serviços de remoção de resíduos.

Os trabalhos serão desenvolvidos entre 2018 e 2019, sob a égide da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, com o apoio necessário na preparação e acompanhamento a ser assegurado pela Agência Portuguesa do Ambiente.

Em 2018 e 2019, o Fundo Ambiental apoiará financeiramente esta intervenção nos montantes de 6 M€ e 5,7 M€, respetivamente. Assim, no início de 2019, teremos resolvido o problema deste passivo ambiental que existe desde 2001, e que constitui também um problema para a saúde pública.